

**ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN THE BACKWOODS OF PAJEÚ - MUNICIPALITY
OF SERRA TALHADA – PERNAMBUCO***

**GESTÃO AMBIENTAL NO SERTÃO DO PAJEÚ - MUNICÍPIO DE
SERRA TALHADA – PERNAMBUCO**

Maria do Perpétuo Socorro Godoy Inácio de Oliveira¹
Maria do Carmo Martins Sobral²

ABSTRACT

This article aims to examine the environmental management in the city of Serra Talhada in the backwoods of Pernambuco had coronelismo in its structure, where the development of the media, along with promoting globalization, a change in behavior, has overcome the difficulty lack of knowledge to embrace the caatinga, as one of the major biomes, which needs to be preserved. Uses deductive methodology, based on a literature review of books, newspaper, report, article online and legislation. Opposite the existing problem – Can environmental management in Serra Talhada - PE, opposite the Colonels still existing? -. demonstrates up a new awareness of the environment and the caatinga basin Pajeú with the preservation of riparian areas, water courses, begins to flourish, however, environmental education still needs to be disseminated and implemented efficiently with aggressive public policies, focused on sustainability, focusing on the future.

KEYWORDS: Conservation; Environmental Education; Sustainable Development.

¹Mestranda em Gestão Pública pela UFPE (Recife, PE/Brasil); Graduada em Secretariado; Pós Graduada em Secretariado e Gestão Empresarial, Gestão Estratégica de Pessoas; Marketing e Assessoria Política pela Escola Superior de Relações Públicas (ESURP); Pós Graduada em Gestão Pública pela Faculdade Frassinete do Recife (FAFIRE); Pós-Graduada em Direito Eleitoral pela Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes (LFG); Pós Graduada em Ciência Política pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Funcionária Pública Municipal, a Disposição Assembléia, Assistente Parlamentar. Email: socorrogdy@gmail.com.

² Coordenadora da Area de Ciencias Ambientais da CAPES (Brasília, DF/Brasil). Professor Associado, Nível I do Departamento de Engenharia Civil da UFPE. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação da UFPE em Engenharia Civil - Área de Concentração Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (Mestrado e Doutorado) e do Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Rede PRODEMA (Mestrado Acadêmico). Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1974; Especialista em Saneamento Ambiental pela UFPE (1976); Especialista em Planejamento Urbano e Regional - *Universität Dortmund* (1986); Mestra em Engenharia Civil - *University of Waterloo* (1979); Doutorada em Planejamento Ambiental - *Technische Universität Berlin* (1991), e Pós-Doutorado no Instituto de Tecnologia Ambiental da Universidade Técnica de Berlin (2007). Email: mariadocarmo.sobral@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo objetiva examinar a gestão ambiental na cidade de Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, que teve no coronelismo a sua estrutura, em que o desenvolvimento dos órgãos de comunicação que promovem, junto com a globalização, uma mudança de comportamento, têm dificuldade em sobrepor a falta de conhecimento para abraçar a caatinga, como um dos grandes biomas brasileiros, que precisa ser preservada. Utiliza-se da metodologia dedutiva, fundamentada em revisão bibliográfica em livros, jornal, relatório, artigo *on line* e legislação. A problemática existente – é possível a gestão ambiental no município de Serra Talhada - PE, frente ao coronelismo ainda existente? - demonstra-se uma nova consciência em relação ao meio ambiente da caatinga e da bacia do Pajeú, com a preservação das matas ciliares, dos cursos de água, começa a florescer, no entanto, a educação ambiental ainda precisa ser difundida e implantada de forma eficiente, com políticas públicas ousadas, voltadas para a sustentabilidade, tendo como foco o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação; Educação Ambiental; Desenvolvimento Sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a gestão ambiental nos dias atuais é de suma importância, haja vista as motivações que levaram homens, governos e entidades não governamentais a se preocuparem com o futuro do planeta, que vem padecendo com as grandes devastações, pois saqueada em sua própria essência, a natureza vem agonizando e, junto a ela, a qualidade de vida de futuras gerações. Todo o sistema natural vem sofrendo modificações, fornecendo subsídios para que o homem reflita sobre a escassez de recursos que se agiganta em prol de um futuro nada promissor para as descendências.

Objetivando o reconhecimento dessas preocupações, podem-se observar, segundo a alusão de Barbieri (2009), etapas do desenvolvimento dessas preocupações, a percepção dos problemas ambientais localizados e atribuídos à ignorância, negligência, dolo ou indiferença das pessoas e dos agentes produtores e consumidores de bens e serviços. Como um problema generalizado e confinado nos limites territoriais dos estados nacionais, ou como problema planetário, atingindo a todos.

A identidade das etapas mencionadas tem promovido uma conscientização mais abrangente em termos de adesão, compreensão e atuação da sociedade, que começa a ser mais sensível aos apelos dos ativistas ambientais.

A história do mundo vem servindo de base para a modificação dessa realidade, uma vez que o avanço tecnológico vem demonstrando a necessidade de um desenvolvimento sustentável.

O Sertão, segundo Vergolino ([2007-2010], p. 7-8), era um mundo insondável para os primeiros colonos que se estabeleceram no território da América Portuguesa. Desbravar as “terras de dentro” (Sertões) não era tarefa fácil, pois, além das distâncias e da falta de água, promoveu a construção de estradas margeando os rios que se fixavam as fazendas de gado.

Essas fazendas faziam parte da cultura econômica nordestina, dispostas nas mãos dos primeiros colonizadores e depois dos coronéis, patente que surgiu em 1831, com a criação da guarda nacional, em substituição das milícias.

Para Vilaça e Albuquerque (2006), o processo econômico do desenvolvimento dessa sociedade agropastoril assim nucleada em torno das fazendas e de seus chefes-coronéis, sofreu fortes influências sazonais, reduzindo-se muito nos períodos de seca. A seca e o solo, como de costume, favoreceram a desorganização das atividades ligadas à agricultura e à pecuária.

A cidade de Vila Bela (hoje Serra Talhada), no ano de 1700, era uma fazenda de criação pertencente ao português Agostinho Nunes de Magalhães. O antigo distrito de Vila Bela foi criado pela Lei Provincial de nº 52 de 18 de abril de 1838, que desmembrou parte do território do município de Flores, deu a Serra Talhada (então Vila Bela) a categoria de freguesia. Com o advento da República, a Lei Orgânica, de nº 52 de 03 de agosto de 1892, constituiu Vila Bela (hoje Serra Talhada) em município autônomo em 1893 (FIAN, 1994).

Para Billy Jaynes Chandler (*apud* SILVA JÚNIOR, 2008), o sertão do Pajeú é tido como o berço do cangaço nordestino, sendo considerado pelos jornais da capital pernambucana durante a República Velha, como o quartel general dos cangaceiros, principalmente a cidade de Serra Talhada, controlada politicamente pelo coronel

Cornélio Soares (sobrinho do coronel Veremundo Soares), conhecido como coiteiro e fornecedor de armas e munição para os cangaceiros de Lampião.

Na verdade, a conjuntura dessa política, cheia de conflitos, proporcionou aos coronéis mais riqueza em detrimento dos demais sertanejos que viviam em situação de pobreza e dependência financeira, surgindo em contrapartida o êxodo rural, com os constantes deslocamentos dos que não possuíam terras ou não usufruíam da proteção do coronel.

O certo é que os sertanejos criaram meios de resistência para garantir a sua sobrevivência, resistindo bravamente aos desmandos e à falta de compromisso e sensibilidade dos governos federal, estadual e municipal, retirando-se quando lhes convinha e retornando diante da saudade e das possibilidades de melhoria de vida, ou simplesmente indo por ir ou voltando por voltar, como uma ave de arribação (SILVA JÚNIOR, 2008).

Essa permissividade que criou os meios de resistência influenciou a visão do cidadão sertanejo em relação à valorização do meio ambiente e das questões ambientais. No entanto, a globalização vem fornecendo subsídios para formação do conhecimento e perspectiva de subsistência do planeta.

Para Vilaça e Albuquerque (2006), seria a intransitividade social do homem rural do nordeste mais um reflexo de uma particular situação do mundo – mundo entendido no sentido de totalidade social e ecológica, refletindo o desestímulo de uma paisagem sem grandezas; estreiteza de visão do mundo; certa consciência conformada dos limites de seu poder e de suas esperanças. Cooperando, assim, com a dificuldade de conscientização e com a ausência de efetividade nos projetos municipais, no que se refere ao meio ambiente e a sustentabilidade do planeta.

Para Leal (1975, p. 256-257), o “coronelismo” pressupõe a decadência de nossa cultura rural, e a sua decomposição só será completa quando se tiver operado uma alteração fundamental na estrutura agrária.

O poder de quem dispõe de muitas terras ainda é grande e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em acordo com as diretrizes estabelecidas no II programa Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, busca um novo modelo de

assentamento, baseado na viabilidade econômica e na sustentabilidade ambiental, combatendo a fome e a miséria, reduzindo a migração do homem do campo para a cidade, democratizando a estrutura fundiária, promovendo cidadania e justiça social (IBAMA, 2004).

A limitação da visão do sertanejo hoje, em relação ao desenvolvimento sustentável e preservação da caatinga, é compreensível, uma vez que a reforma agrária ainda não conseguiu transpor as barreiras nas ações efetivas do governo, modificando a legislação. Nem mesmo a globalização tem conseguido ampliar a visão dos grandes latifundiários, convergindo para as reformas, que o governo precisa fazer.

A educação ambiental deve ser prioridade, bem como a eficiência dos projetos ambientais, uma vez que a caatinga é ainda motivo do êxodo rural e a ausência de conhecimento ainda coopera com o descrédito em relação a sua preservação.

No Plano de Desenvolvimento Sustentável do Sertão de Pernambuco (CONDEPE, 1997), pode-se observar que o Sertão de Pernambuco é caracterizado por fortes agressões ao meio ambiente, entre eles: desmatamentos, erosão, salinização dos solos, poluição hídrica, poluição atmosférica, inadequado monitoramento dos recursos hídricos, inexistência de tratamento do lixo e esgoto.

Essa condição involuntária carece também da consciência ecológica dos cidadãos sertanejos que de certo modo precisam conhecer os recursos naturais que propiciam a região do Pajeú, auxiliando na preservação desses recursos tão importante para a subsistência do planeta.

A Lei Municipal nº 933/98 institui o Conselho Municipal do Meio Ambiente – CODEMA, na gestão do Prefeito Sebastião Andrada Oliveira, tendo por atribuições básicas formular a política ambiental do Município de Serra Talhada, estabelecendo diretrizes, normas e medidas necessárias à defesa, preservação, melhoria e controle do ambiente municipal, incluindo avaliação das condições ambientais, promovendo ampla divulgação à população, das informações relativas às questões ambientais do município.

A aprovação e publicação da lei que cria o CODEMA vêm indicar a preocupação do Município na questão da preservação e melhoria do meio ambiente. Mas, segundo

Buarque (2008, p. 30-31), “o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas de atores locais em torno de um projeto coletivo”.

Após a tentativa de estabelecer condições voltadas para a sustentabilidade da região, dez anos se passaram com a ausência de iniciativas que determinassem ações efetivas para mudança de atitude do cidadão em relação à preservação da caatinga. Nos anais da Câmara Municipal de Serra Talhada, apenas em 2008, na Gestão do Prefeito Carlos Evandro Pereira de Menezes, o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA, é reestruturado, instituindo o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, sob a orientação do Conselho Municipal de Meio Ambiente com a participação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (Lei nº 1.215, de 19 de junho de 2008).

Segundo Buarque (2008), o desenvolvimento municipal é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local com uma amplitude especial delimitada pelo corte político-administrativo do município.

Essa responsabilidade com a mudança do cenário na vida e na paisagem de Serra Talhada é concebida na atual gestão que vem trabalhando em prol da sustentabilidade do cerrado e da caatinga.

2. CAATINGA

A Caatinga é considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como um dos grandes biomas brasileiros, tendo por características uma vegetação grande e contínua com plantas de pequeno porte que tem por particularidade a deficiência hídrica.

Imbuída dessa preocupação com o ambiente sustentável, o Dr. Carlos Evandro (prefeito do município de Serra Talhada) vem desenvolvendo ações e priorizando algumas atividades junto a Secretaria de Agricultura, chefiada por Rafael Inácio que conta com a incansável orientação do ativista, Homembom Magalhães.

O clima nessa região do “Polígono das Secas” é semiárido, quente, com baixa pluviosidade e duas estações distintas: a estação chuvosa, com chuvas irregulares, torrenciais, locais, de pouca duração e a época seca, quase sem chuvas.

As condições políticas e climáticas influenciaram a visão e a maneira do cidadão serratalhadense lidar com as questões ambientais, pois tendo por princípio a ignorância, ou seja, o desconhecimento da importância da vegetação local, bem como as precárias ferramentas tecnológicas, adentravam as áreas de preservação e as utilizavam sem o devido cuidado de reposição, ou manutenção dessa vegetação.

Os autores Gonzaga e Teixeira, na música Asa Branca (1947, nos versos 2 e 3), enfatiza a realidade ambiental sertaneja, ao dissertá-la “que braseiro, que fornalha, nem um pé de plantação, por falta d’água perdi meu gado, morreu de sede meu alazão. Até mesmo a asa branca, bateu asa do Sertão, então eu disse adeus Rosinha, guarda contigo meu coração”.

Essa música expressa à luta do sertanejo pela sobrevivência, que precisava trabalhar durante o período de estiagens em outras regiões do país (êxodo rural).

Para melhor entender a situação do sertanejo e o descaso proporcionado pelos governantes de outrora, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, não incluiu o Cerrado e a Caatinga, como patrimônios nacionais. Consolidando o abandono do sertanejo a própria sorte.

O advento da globalização, aliada ao novo modelo de gestão, voltado para o gerenciamento do Estado, possibilitou uma nova perspectiva de desenvolvimento para o Sertão, como explica Vergolino ([2007-2010], p. 35-36):

A lógica dos Investimentos está associada ao Plano Estratégico do Governo que, procura priorizar as ações e projetos voltados para a melhoria do bem estar da sociedade local, envolvendo investimentos naqueles segmentos e setores de bens públicos, como saúde, educação, esgotamento sanitário, segurança e tratamento dos resíduos sólidos.

O ritmo do desenvolvimento aflorou e mudou a realidade de Serra Talhada, que vem investindo em educação, inclusive adentrando a realidade da sustentabilidade do

meio ambiente, promovendo discussões e encontros em prol de uma maior conscientização da população.

A caatinga vem fornecendo subsídios para o reconhecimento e o entendimento do seu valor na preservação do meio ambiente. Inclusive tem sido útil na fabricação de medicamentos.

2.1 UTILIDADES DA CAATINGA

O sertão do Pajeú esteve sempre associado não só a seca, mas também a miséria, entretanto, sua flora tem grande importância não só para o artesanato onde se confeccionam peças requintadas para decoração, mas para arborização e uso medicinal.

Segundo Maia (2004, p. 15), relaciona-se as utilidades da Caatinga e a importância cultural como:

utilidades diretas - que é o fornecimento de produtos, entre eles a madeira, forragem para bovinos, ovinos e caprinos, caça, mel e plantas para alimentar e fazer remédios; utilidades indiretas - que é a proteção contra erosão, conservação da fertilidade do solo, conservação d'água, conservação do clima, proteção contra pragas.

2.2 IMPORTÂNCIAS CULTURAIS

A erosão cultural, que se manifesta no desaparecimento da “agricultura”, ou seja, a falta da valorização da própria cultura e do ambiente local leva a uma falta de consciência da sua dignidade. Daí a importância da recuperação da biodiversidade, ou seja, da riqueza natural da Caatinga e de outros ecossistemas do Nordeste.

Nesse processo a Educação Ambiental vai auxiliar na recuperação da Caatinga, fazendo o diferencial no clima, na fertilidade do solo, nas precipitações fluviais, fontes hídricas estáveis, produção de alimentos e permanência no local de origem (homem).

A avaliação de antigos posicionamentos e de práticas predatórias deve estar em voga frequentemente, uma vez que, o presente forneceu os indicadores necessários para recuperação do meio ambiente no presente e sobrevivência do futuro. Temos que avançar no sentido de recuperar o que parece perdido.

3. RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

O estágio de degradação da Caatinga foi influenciado pela predisposição geoambiental e pela ação do homem, exigindo que o reflorestamento possa recompor o que foi perdido, com uso de espécies nativas do ecossistema local. Dentre as Etapas da Recuperação, têm-se escolher plantas nativas e reintrodução de espécies extintas.

A Secretaria Municipal de Agricultura mantém uma sementeira em atividade, e nela são cultivadas a imburana de cheiro, feijão branco, arueira, pau ferro, ipê roxo, caraiqueira, umbuzeiro, pajeú, anjico. O plantio dessas mudas, além de colaborar para a preservação da caatinga, garante a biodiversidade da flora, fauna do ecossistema.

A educação ambiental no município de Serra Talhada vem orientando o alunado no sentido de conhecer a vegetação da Caatinga, valorizá-la e reconhecer a necessidade de sua preservação.

Nesse sentido, em 21 de setembro de 2011, dia da árvore, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, promoveu um grande evento, com declamações, palestras, músicas e distribuição de mudas. Nas escolas estão se tornando regular a presença de profissionais da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, orientando alunos e fazendo palestras.

As casas do Programa do Governo Federal “Minha casa, minha vida” vão ser inauguradas já com o replantio de 890 mudas da Caatinga, em uma demonstração de resgate e preservação do meio ambiental.

Quanto à preservação, é importante se voltar para analisar o Rio Pajeú, que está presente na paisagem e na vida do sertanejo, que aguarda suas águas numa contingência real, para que se multiplique a safra e haja fartura no sertão.

4. RIO PAJEÚ

O sistema do Rio Pajeú é complexo e não se restringe apenas as suas águas, mas ao ambiente do seu entorno, tendo sua bacia delimitada por seus divisores de água.

A bacia hidrográfica do rio Pajeú pertence ao bioma da caatinga. Para Maia (2004, p. 19-31), existem “40 tipos de solos diferentes neste bioma que se estende por 935 mil km²”.

O Rio Pajeú limita-se ao norte com os estados da Paraíba e Ceará, ao sul com um grupo de bacias de pequenos rios interiores e a bacia do Moxotó, ao leste com a bacia do rio Moxotó e o estado da Paraíba e ao oeste com a bacia do Rio Terra Nova e o grupo de bacias de pequenos rios interiores. Ele nasce no município de Brejinho, na Serra do Balanço, percorrendo uma extensão de 353 Km. Possui 30 barragens (reservatórios de águas).

Sua bacia hidrográfica pertence ao bioma da Caatinga, em terrenos geográficos bastante antigos, com rochas duras que passaram por intensas transformações físicas e químicas através de um processo geológico denominado “metamorfismo, apresenta um conjunto de solos resultados dos terrenos duros em processo de decomposição e de solos que cobrem a região sedimentar” (PERNAMBUCO, 2010, p. 71-73).

Envolvendo um total de 28 municípios, agrupados no Sertão Pernambucano e no Sertão do São Francisco. A diversidade ecológica, cultural e política abrigam um conjunto de fragilidades, inclusive o êxodo rural durante as secas. Essa diversidade de

problemas, aliado ao desmatamento e as queimadas, produziram impactos ambientais graves.

Para Maia (2004), as matas ciliares dos cursos de água, perenes ou não, na região da caatinga é uma missão importantíssima a ser realizada, já que essas matas servem para conservação da água e diminuindo a ocorrência de enchentes. É preciso preservar e recompor a vegetação que acompanha qualquer rio, riacho, córrego e as nascentes e olhos d' água.

Segundo o Relatório Águas do Pajeú (PERNAMBUCO, 2010, p. 77), “a geografia natural precisa ser preservada e os agentes que atuam no local devem entender que a oscilação climática faz parte da dinâmica da paisagem e por isso o rio, com ou sem água, é rio”. E que a bacia hidrográfica é um conjunto mais complexo do que a existência de água.

Visando o restabelecimento do meio ambiente, é necessário primar pela educação ambiental, pois sem essa consciência, alicerçada numa concepção científica fica difícil para o cidadão sertanejo assumir com responsabilidade a tarefa de defender e preservar a natureza e de produzir o desenvolvimento sustentável.

5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Não se pode promover o desenvolvimento do meio ambiente sem a presença da escola e da capacitação do cidadão.

No capítulo 36 da Agenda 21 (BARBIERI, 2009), está explícita a orientação quanto à promoção do ensino, da conscientização pública e do treinamento. São citados os objetivos e as metas para educação ambiental, tendo base na Carta de Belgrado, cujo objetivo é preservar o ser humano para viver em harmonia com o seu meio ambiente (Resolução nº 96). São seis os objetivos: conscientização, reconhecimento, atitudes, habilidades, capacidade de avaliação e participação.

Para atender tais objetivos, é necessário o indivíduo compreender as influências dos seres humanos e de suas atividades, atitudes e essa consciência só pode se desenvolver para influenciar a postura dos demais se tiver como alicerce o saber e a

escola que tem prioridade nesse quesito, pois o estímulo e a capacitação vão modificar os posicionamentos e a visão de muitos, em relação ao desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de reconhecer o esforço dos gestores públicos na implementação de ações que modifiquem a realidade local, o processo de conscientização precisa ser reforçado no município de Serra Talhada.

A associação da Caatinga com a seca, pobreza e miséria sempre alimentou os gestores com a ineficiência de ações, motivados pelo desconhecimento e pela ausência de investimento do governo federal. E essa cultura precisa ser imobilizada, uma nova visão da Caatinga nasce para fortalecer o que a muito foi desacreditado.

As ações existem sem grandes motivações, a não ser para alguns ativistas, que abraçaram a causa, entre eles o Sr. Homembom Magalhães. Nas demais situações percebem-se a necessidade de apoio, de verbas e de uma cobrança mais efetiva do Estado e dos órgãos Federais.

Serra Talhada caminha em prol de um desenvolvimento sustentável sem planejamento. Ao perguntar sobre o aterro sanitário, obteve-se como resposta: “estudo do caso”, justamente porque o governador exigiu. Se nos órgãos de governo municipal é difícil a consciência do previsível, como ficam as crianças para entender a importância da coleta seletiva do lixo? Mesmo com as máquinas apropriadas e os galpões preparados para armazenar o lixo, a motivação do cidadão está aquém, justamente por falta de conhecimento, devido à ausência efetiva de programas de incentivo e orientação.

Educar para a formação de hábitos que favoreçam o desenvolvimento sustentável precisa não só de estímulos, mas do exemplo das autoridades, de cobranças, exigências, no que tange a conscientização do próprio servidor municipal que deve estar alinhado ao projeto de desenvolvimento sustentável. Grande é o caminho a percorrer, no entanto, o município, hoje, já começa a tomar consciência dessa responsabilidade e tem promovido

seminários, reuniões e eventos, em prol de movimentos que busquem mudança. Nessa realidade de cobranças e ações, o governo municipal serratalhadense vem sediando encontros diversos com especialistas ambientais com o apoio do Estado.

Como uma boa parte dos cidadãos sertanejos trabalha na agricultura ou são filhos de agricultores, mesmo como sofrendores do polígono da seca, o ponto de partida básico para mudança de cenário é acreditar, investir em tecnologia, alcançar os residentes da caatinga com acompanhamento, orientação, treinamento, distribuição de sementes, cobrando e avaliando o replantio. Nas áreas urbanas implantar a coleta seletiva do lixo, ensinar a reaproveitar o lixo e a preservar o meio ambiente.

Dessa forma, vamos modificar a visão do sertanejo em relação à caatinga e a sobrevivência do agricultor que precisa enxergar suas terras providas da caatinga (vegetação extensa) como essencialidade na sobrevivência do planeta.

REFERENCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga**. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010.

CONDEPE. **Plano de desenvolvimento sustentável do Sertão Pernambucano**. Proposta para negociação. Instituto de Planejamento de Pernambuco. Secretaria do Planejamento (SEPLAN). Governo do Estado de Pernambuco, 1997 (Versão resumida).

FIAN. Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco. **Perfil municipal do interior de Pernambuco**. Governo de Pernambuco, Recife, 1994.

GONZAGA, Luiz. TEIXEIRA, Humberto. **Asa Branca**. São Paulo: RCA, 1947.

IBAMA. **Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca pan-Brasil**. Ministério do Meio Ambiente Secretaria de Recursos Hídricos, 2004. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/rn/wp-content/files/2009/05/PAN_BRASIL.pdf>. Acesso: 29 set. 2012.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MAIA, Gerda Nickel. **Caatinga: árvores e arbustos e suas utilidades**. São Paulo: Leitura & Arte, 2004.

PERNAMBUCO. Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos. **Águas do Pajeú: Relatório do processo de estruturação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú e Conselhos de Gestores dos Açudes de Barra de Juá, Serrinha, Jazigo, Cachoeira II, Brotas e do Rosário/ Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos**. Recife: SRHE, 2010.

SILVA JÚNIOR, Waldemar Alves da. **Coronelismo em Salgueiro: uma análise da trajetória do coronel Veremundo Soares (1920 - 1945)**. Recife: Bargaço, 2008.

VERGOLINO, José Raimundo; VERGOLINO, Tercina Barbosa; PINCOVSKY, Mariana. **Programa de interiorização do desenvolvimento sustentável do Estado de Pernambuco: PROMAS (ProMatas, ProAgreste, ProSertão) Sertão do Pajeú**. Versão Preliminar, [2007-2010].

VILAÇA, Marcos Vinícius; ALBUQUERQUE Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

* Artigo submetido em 26 de julho de 2012 e aceito para publicação em 04 de setembro de 2012.